

# As mulheres da ditadura representadas em *Cova 312*

## *The women of the dictatorship represented in Cova 312*

LAÍSA BISOL<sup>a</sup>

Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. Programa de Pós-graduação em Educação. Frederico Westphalen, RS, Brasil

### RESUMO

Este estudo investiga como se dá a representatividade da mulher no jornalismo literário brasileiro, considerando, especialmente, o tema da violência. Para tanto, apresenta-se a leitura crítica dos livros-reportagem em destaque no Prêmio Jabuti. Após verificar o pequeno número de autoras mulheres, bem como a falta de representação da violência contra esse grupo, é desenvolvida uma análise da obra *Cova 312*, da jornalista Daniela Arbex. Apesar do foco estar na representação da ditadura militar brasileira e expor um protagonista homem, o livro-reportagem atribui destaque às mulheres que fizeram parte daquele contexto, evidenciando as mais diferentes possibilidades de luta e enfrentamento que a figura feminina vivenciou durante o período.

**Palavras-chave:** Jornalismo literário, violência, mulheres, *Cova 312*

<sup>a</sup>Doutora em Letras – Estudos Literários (UFSM). Doutora em Comunicação e Informação (USC – Espanha). Mestra em Letras (URI). Graduada em Comunicação Social – Jornalismo (UFSM). Docente no Programa de Pós-graduação em Educação da URI, linha de pesquisa: processos educativos, linguagens e tecnologias. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7153-1085>. E-mail: [laisabisol1@gmail.com](mailto:laisabisol1@gmail.com).

### ABSTRACT

This research investigates the way in which Brazilian literary journalism represent women, especially considering the issue of violence. For this, a critical reading of the book-reports in the Jabuti Award is presented. After attesting to the small number of female authors and the lack of representation of violence of this group, an analysis of *Cova 312*, by journalist Daniela Arbex, is developed. Despite focusing on the representation of the Brazilian military dictatorship and exposing a male protagonist, the book-report emphasizes women who belonged to that context, showing the most different possibilities of struggle and confrontation the female figure experienced in that context.

**Keywords:** Literary journalism, violence, women, *Cova 312*



**A**S NARRATIVAS, DAS mais distintas naturezas, cumprem um papel importante na sociedade: textos jornalísticos, por exemplo, têm como missão principal informar, além de trazer à tona aspectos importantes acerca da humanidade, estimulando o debate e a crítica social. Textos literários, por outro lado, apesar de não terem a informação ou o compromisso com a verdade como basilares, muitas vezes se valem da ficção para, também, promover reflexões sobre assuntos pertinentes socialmente.

Quando unidos, naquilo que chamamos de jornalismo literário, os dois tipos de narrativa têm um grande poder: resgatar acontecimentos que, de fato, ocorreram, ou seja, não se trata de ficção, mas da utilização de aspectos da literariedade para, por meio da linguagem detalhada e ampla, proporcionar experiências interpretativas que contribuem para promoção da criticidade em torno de temas pertinentes, deixando um legado importante para a memória social e coletiva. Nessa perspectiva, Mateus (2022) frisa que uma sociedade desprovida de conhecimentos históricos atrelados à memória partilhada não é capaz de refletir acerca do presente e, tampouco, tirar lições importantes para o futuro.

Ao representar o mundo, essas narrativas que resguardam a memória perpassam pela ideia de alteridade, pois atribuem voz aos sujeitos, gerando um senso de empatia, já que, a partir dessas leituras, o “eu” passa a ter um sentido mais amplo que se insere no contexto social por meio da representação artística. Dessa maneira, o jornalismo literário pode ampliar a construção de significados diante dos indivíduos, posto que explora narrativamente os mais diversos perfis, incluindo, por exemplo, grupos socialmente vulnerabilizados, como negros, pobres, indígenas, mulheres, pessoas LGBTQIAP+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros, queer, intersexo, assexuais, pansexuais e outras variações), dentre outros. Quando representados, esses sujeitos não têm apenas sua existência e identidade valorizadas, mas também tornam-se conhecidos sob uma ótica que foge do estereótipo construído tradicionalmente. Ademais, quando uma narrativa representa fenômenos sociais, como a violência, ela problematiza, reinterpreta, narra e suscita a imersão no entendimento de realidades.

Com a compreensão de que a violência, especialmente a praticada contra grupos socialmente vulnerabilizados, é parte do contexto brasileiro, desenvolvi este artigo no intuito de verificar de que modo o jornalismo literário produzido no Brasil promove narrativas que contribuem para a crítica social. Para este estudo, analisei a representação da mulher nos livros-reportagem brasileiros em destaque na categoria “Reportagem” do Prêmio Jabuti, uma das maiores condecorações literárias da América, entre os anos 2000 e 2017.

Tendo isso em vista, a metodologia empregada para a realização desta pesquisa parte das premissas da Literatura Comparada que, segundo Tania Carvalho (2003), visa confrontar a literatura com outros objetos de estudo, a fim de obter resultados mais amplos acerca do tema investigado, neste caso, a mescla entre literatura e jornalismo. A partir disso, realizei um mapeamento das obras premiadas no Jabuti na categoria “Reportagem”, no período de 2000 a 2017, e selecionei, dentre as três obras condecoradas em cada ano, aquelas que remetiam à violência contra grupos minoritários de maneira mais enfática. Visando compreender o fenômeno, analisei de forma particular a obra *Cova 312*, de Daniela Arbex, publicada em 2015 e premiada em 2016, e, dentre os perfis socialmente vulnerabilizados, optei por investigar o modo como a figura da mulher está representada.

### A VIOLÊNCIA NOS LIVROS DE REPORTAGEM

Hannah Arendt (1985, p. 6) afirma que “ninguém que se dedique à meditação sobre a história e a política consegue se manter ignorante do enorme papel que a violência desempenhou sempre nas atividades humanas”. Muniz Sodré (1992) alega que a violência cresce no país em proporção direta com o aumento populacional nos centros urbanos e com a degradação das condições de vida da população, a qual enfrenta problemas como deficiência alimentar, de saúde, de educação, desemprego e outros.

Cenas de violência são diariamente transmitidas pela mídia e, muitas vezes, são recebidas de forma banalizada, tendo em vista aspectos históricos e sociais. É preciso questionar, com isso, quais são as obras capazes de estimular os interlocutores e as interlocutoras a terem uma nova percepção acerca desse universo que envolve a violência. Assim, compreendo que ao unir o jornalismo, com seu cunho informativo, e a literatura, com todo o seu aporte linguístico e humanizador, é possível proporcionar ao leitor e à leitora novas formas de visualização de determinados acontecimentos, ao passo que o autor ou a autora desse tipo de texto tem a possibilidade de escolher de que a maneira deverá abordar os fatos, suscitando, em maior ou menor medida, o senso crítico e perpassando valores a partir dos quais se torna possível fazer surgir uma nova perspectiva em torno das situações de crueldade.

Ao considerar o objetivo desta investigação de verificar de que modo acontece a representação da violência, em especial a violência contra as mulheres, em produções de cunho literário e jornalístico, a fim de perceber se os relatos promovem a reflexão social, realizei a leitura crítica dos livros-reportagem premiados no Jabuti, no período de 2000 a 2017. Fizeram parte desse

mapeamento as seguintes obras: *Estação Carandiru* (1999), de Dráuzio Varella; *A família Canuto e a luta camponesa na Amazônia* (1999), de Carlos Cartaxo; *Meu casaco de general: Quinhentos dias no front da segurança pública do Rio de Janeiro* (2000), de Luiz Eduardo Soares; *Eny e o grande bordel brasileiro* (2002), de Lucius de Mello; *Abusado* (2003), de Caco Barcellos; *Viúvas da terra* (2004), de Klester Cavalcanti; *Operação Araguaia: arquivos secretos da guerrilha* (2005), de Tais Morais e Eumano Silva; *O nome da morte* (2006), de Klester Cavalcanti; *O massacre* (2007), de Eric Nepomuceno; *O sequestro dos uruguaios: Uma reportagem dos tempos da ditadura* (2008), de Luiz Cláudio Cunha; *Conversas de cafetinas* (2009), de Sérgio Maggio; *Assalto ao poder: o crime organizado* (2010), de Carlos Amorim; *O espetáculo mais triste da Terra* (2011), de Mauro Ventura; *As duas guerras de Vlado Herzog: da perseguição nazista na Europa à morte sob tortura no Brasil* (2012), de Audálio Dantas; *Holocausto brasileiro* (2013), de Daniela Arbex; *A casa da vovó: Uma biografia do Doi-Codi (1969-1991), o centro de sequestro, tortura e morte da Ditadura Militar* (2014), de Marcelo Godoy; *Cova 312* (2015), de Daniela Arbex; *Nazistas entre nós: A trajetória dos oficiais de Hitler depois da guerra* (2016), de Marcos Guterman.

A observação referente à autoria dos livros-reportagem premiados desde 2000 permite reafirmar o que já ocorre em outros campos artísticos de uma maneira geral, isto é, se a maioria dos cineastas, músicos, escritores de ficção, pintores etc. são homens, isso ocorre também no âmbito do jornalismo literário. Dentre as 18 obras mapeadas, há apenas duas as mulheres escritoras, sendo que uma delas escreveu dois dos livros premiados, e a outra é uma autora que escreve em parceria com um autor homem. Não é possível saber se os homens estão mais engajados com o jornalismo literário do que as mulheres, mas considerando todo o contexto não somente artístico, mas social e cultural, o que incide é um espaço maior destinado ao sexo masculino na produção dessas obras ou, pelo menos, na premiação delas. Unido a esse fato, é sabido que demorou muito para que as mulheres assumissem posições de destaque no mundo jornalístico. Aliás, menos do que outrora, ainda hoje há uma segmentação editorial, ou seja, assuntos específicos que são apurados e desenvolvidos majoritariamente por homens.

No âmbito da literatura, a pesquisadora Regina Dalcastagnè realizou um estudo acerca da representatividade das personagens centrais dos romances brasileiros no período de 1990 a 2004, publicados pelas editoras Companhia das Letras, Record e Rocco. Conforme revela Dalcastagnè (2005), a possibilidade de criação de personagens femininas está ligada ao sexo de quem desenvolve a obra, uma vez que aqueles livros escritos por mulheres apresentam 52% das

personagens femininas, sendo 64,1% protagonistas e 76,6% narradoras. Por sua vez, quando os autores são homens, as personagens femininas ficam em 32,1%, sendo apenas 13,8% protagonistas e 16,2% narradoras. Ademais, a pesquisa também revela dados acerca dos autores dos romances, indicando que 72,7% dos escritores do país são homens.

Conforme a análise da autora,

a condição feminina evoluiu de muitas maneiras, mas a literatura – ou, ao menos, o romance – continua a ser uma atividade predominantemente masculina. Não é possível dizer se as mulheres escrevem menos ou se têm menos facilidade para publicar nas editoras mais prestigiosas (ou ambos). Há um indício que sugere que a proporção entre escritores homens e mulheres não é exclusividade das maiores editoras. (Dalcastagnè, 2005, p. 31)

A estudiosa (2005) concluiu, em seu mapeamento sobre a literatura brasileira, que das personagens desses romances, dentre as protagonistas, 62,1% são do sexo masculino enquanto 37,8% são mulheres, havendo um único caso da categoria “outro”. A disparidade de representações é ainda evidenciada com o resultado que mostra as personagens femininas ocupando menos a posição de protagonistas ou narradoras. Suas principais ocupações nos romances são, nesta ordem: donas de casa (25,1%), artistas (10,2%), sem ocupação (9,6%), empregadas domésticas (7,4%), dentre outras atividades como estudantes, professoras, profissionais do sexo, jornalistas ou escritoras. Assim, o perfil dominante da personagem do romance brasileiro contemporâneo é de um ser humano, homem, branco, heterossexual, de idade adulta e mais bem-sucedido do que personagens mulheres.

Essas constatações nos permitem inferir que, também em outras artes, é incomum esses grupos serem representados com voz ativa. Mulheres, crianças, pessoas negras e pessoas LGBTQIAP+, por exemplo, não têm a preferência no centro das narrativas. Nessa perspectiva, o pesquisador Lizandro Carlos Calegari (2013) realizou um estudo sobre a representatividade de mulheres, gays e negros, no cânone literário, e concluiu que “esses grupos, ao lado de outros, por terem sido colocados à margem da sociedade, da história e da literatura, denunciam sua condição de exclusão, mas principalmente de sofrimento” (Calegari, 2013, p. 30).

A partir do mapeamento e leitura crítica dos livros-reportagem premiados, concluí que as pessoas acometidas pela violência, representadas nas obras, são, em sua maioria, militantes políticos ou vítimas de um sistema autoritário. Seguidos desses, estão trabalhadores e trabalhadoras rurais, alguns também com ativismo político. Ademais, são acometidas pela violência e representadas

nos livros-reportagem da contemporaneidade pessoas em geral, dentre elas, indivíduos pertencentes às classes menos favorecidas, como prostitutas, crianças, adolescentes e homossexuais.

A partir disso, buscou-se compreender o perfil dos agredidos e agredidas; todavia, como a maioria das obras apresenta uma diversidade bastante vasta de personagens, essa identificação também ficou ampla. Considerando o sexo, 14 são as obras que apresentam vítimas tanto homens quanto mulheres; duas demonstram os atos cruéis efetuados apenas para com os homens; outras duas – as que se referem às profissionais do sexo – mostram a violência especificamente contra mulheres; e uma evidencia o sofrimento feminino a partir da perda de seus maridos assassinados.

Nesse sentido, observo que há uma falta de representatividade, dentre as obras de jornalismo literário premiadas no período analisado, no que concerne particularmente à violência contra a mulher. Quando essa representação específica acontece, é direcionada à mulher no contexto de prostituição ou considerando as dificuldades cotidianas a partir da perda de seus maridos. Essa problemática requer atenção, uma vez que, em 2020, o Ministério dos Direitos da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH)<sup>1</sup> registrou 105.821 denúncias de violência contra mulheres, embora seja evidente que esse número pode ser ainda maior, levando em conta as vítimas que não denunciam por motivos diversos. Além disso, somente no primeiro semestre de 2020, 648 mulheres foram assassinadas por causa do gênero. Casos dessa natureza poderiam se constituir em temas relevantes para a produção de obras de jornalismo literário na contemporaneidade, no entanto não estão representados nos livros-reportagem premiados no período estudado. Apesar disso, grande parte das obras, em algum momento, menciona as ações de crueldade voltadas às mulheres, sempre dentro do sentido mais amplo da narrativa.

Considerando ainda o que mencionei anteriormente sobre a falta de representatividade dos grupos vulnerabilizados no âmbito artístico, especialmente no que tange à orientação sexual, à cor e à condição social – pessoas que são acometidas pela violência cotidianamente –, é possível verificar que este tampouco é o foco das obras mencionadas. Mesmo que esses grupos estejam representados, não há, dentre os premiados, narrativas específicas voltadas a eles. Pelo mesmo motivo citado anteriormente, o resultado do mapeamento, no sentido da orientação sexual, cor e idade, é também bastante amplo. Embora pelo menos cinco das obras incluam a violência contra indivíduos LGBTQIAP+, não há menção exclusiva a respeito do tema, ainda que o Brasil seja um dos países que mais mata esses sujeitos, no mundo.

<sup>1</sup> Disponível em <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2021/marco/canais-registram-mais-de-105-mil-denuncias-de-violencia-contra-mulher-em-2020>

Partindo desses resultados, analiso, com mais profundidade, uma das poucas obras de jornalismo literário premiadas, nesse período de 2000 a 2017, que é de autoria feminina, o livro *Cova 312*, de Daniela Arbex (2015), cujas percepções estão expostas no próximo subtítulo deste artigo.

### AS MULHERES REPRESENTADAS EM *COVA 312*

Daniela Arbex é uma jornalista investigativa que se dedica à defesa dos direitos humanos. Com 49 anos, atuou por 23 como repórter especial do Jornal *Tribuna de Minas*, no Estado de Minas Gerais, no Brasil. Arbex é uma das jornalistas mais premiadas de sua geração, com mais de 20 condecorações em âmbito nacional e internacional.

Como parte de sua premiada trajetória, Daniela Arbex publicou, em 2015, *Cova 312*, livro-reportagem cuja apuração iniciou muito antes, em meados de 2002. Suas investigações, que renderam diversas manchetes na *Tribuna de Minas*, foram sendo expandidas conforme novos fatos iam aparecendo e, com a visita à família do falecido militante Milton, em 2013, a jornalista terminou de reunir todas as informações sobre o caso e concluiu sua obra reveladora. *Cova 312*, publicada pela Geração Editorial, foi a vencedora do Prêmio Jabuti, em 2016, na categoria livro-reportagem.

A obra, de 342 páginas, narra o modo como as forças armadas mataram o militante político Milton Soares de Castro, forjaram seu suicídio e desapareceram com seu corpo. Arbex faz a reconstrução da história e não apenas revela a trajetória enfrentada pelo jovem como também descobre onde está a cova em que o corpo dele foi enterrado: a até então anônima cova 312 que dá nome ao livro-reportagem. Além disso, ela apresenta outros episódios da época da ditadura militar brasileira, a partir das histórias de mais de 20 personagens que vivenciaram as lutas daquela época.

*Cova 312* é composta por três partes, divididas em subcapítulos. Além da linguagem escrita, a obra traz imagens de diversos documentos que comprovam as informações apuradas, fotos de arquivo que permitem visualizar as personagens no tempo da ditadura e a representação imagética de lugares atuais como a Penitenciária de Linhares e a própria cova de Milton.

Cabe destacar que a ditadura civil-militar brasileira iniciou em 1964, depois do golpe de Estado capitaneado pelo Exército, e se estendeu até o ano de 1985. Antes disso, o país já estava acometido por uma instabilidade política, oriunda de uma democracia fragilizada e dos resquícios do período do Estado Novo (1937-1945), marcado por práticas violentas.

A obra de Arbex desmembra os detalhes desse período caracterizado pelo autoritarismo e pelas guerras diárias. Toda a narrativa é marcada pela forte presença da linguagem literária; o livro é, exatamente como informado na apresentação, escrito como se fosse um romance. Essas particularidades, em certas situações, oportunizam um tom de leveza, por abranger as trajetórias da própria autora na busca por informações e pela explanação de momentos de descontração entre as personagens da história. Porém, ao mesmo tempo, em outras tantas ocasiões, essa forma de narrativa, com características literárias, possibilita uma imersão na memória desse trágico período da história do Brasil de modo extremamente realista. Isso quer dizer que se trata de um livro que provoca verdadeiros incômodos, levando a sentimentos de empatia pela dor alheia e a reflexões bastante profundas.

Todos esses aspectos são detalhadamente discutidos no livro-reportagem e merecem um estudo específico, entretanto, considerando o recorte que realizei para este artigo, descrevo, a seguir, o modo como a imagem feminina foi representada a partir da obra de Arbex. Apesar da narrativa tratar de forma ampla do período ditatorial brasileiro e ter como personagem central um homem, o guerrilheiro Milton, a jornalista apresenta de forma muito contundente o papel das mulheres nesse contexto.

No decorrer da obra *Cova 312*, Daniela Arbex traz à tona a representação de muitas mulheres que vivenciavam o contexto da ditadura brasileira. Nem todas participaram ativamente de algum movimento de luta contra o regime, no entanto, existem diversas figuras femininas que cumpriram papéis extremamente importantes, para além da linha de frente da militância, considerando que muitas atuavam como suporte para manutenção das necessidades familiares, inclusive dos presidiários. À exceção de uma história, as mulheres em destaque na narrativa não são postas em um capítulo com exclusividade, suas trajetórias são contadas em consonância com os relatos a respeito das guerrilhas, das torturas e da prisão.

A partir dos resultados obtidos com a leitura dos livros-reportagem que fizeram parte do mapeamento, compreendo que o olhar de Arbex voltado às mulheres que vivenciaram o período ditatorial pode estar relacionado ao fato de ela mesma ser uma autora mulher. Esse aspecto vai ao encontro da informação de Dalcastagnè (2005), no momento em que revela que a representação de personagens femininas é muito mais significativa quando uma obra é escrita por uma mulher.

Efetuada essas reflexões, cito alguns excertos em que a jornalista atribui protagonismo às figuras femininas em sua obra. No começo do livro-reportagem, antes mesmo de aprofundar as questões voltadas para o período ditatorial, Daniela Arbex (2015) apresenta a família de Milton: a irmã Gessi e a mãe Universina.

Universina, benzedeira, é retratada na narrativa como uma mulher forte que zela profundamente pelo bem-estar de sua família. Teve 10 filhos do primeiro casamento com o brigadiano Marcílio, e mais cinco do segundo, no entanto, conforme relata Arbex (2015, p. 41): “ao contrário do primeiro marido, o policial militar levou para dentro de casa a violência e a sanha de abusar sexualmente das enteadas”. Esse pequeno trecho é munido de um significado vasto, porque é possível perceber mais uma forma de violência representada na obra, para além das crueldades da ditadura, dessa vez, voltada às mulheres de uma família que eram obrigadas a se submeter às ordens de alguém em quem, supostamente, poderiam confiar.

A jornalista conta que quando Universina conseguiu se desvencilhar daquele relacionamento, reuniu novamente os filhos, já que muitos haviam se espalhado em outras casas para se livrarem do padrasto. “Não se importava em comer o pão que o diabo amassou, desde que estivesse junto dos quinze que saíram dela” (Arbex, 2015, p. 41). Essas descrições a respeito da mãe mostram a força da mulher que, além de dar à luz diversos filhos, trabalhar vendendo pão e se dedicar à família, sofreu violência e posteriormente buscou todos para unir a família.

Ainda a respeito da trajetória das mulheres da família Soares de Castro, Arbex destina páginas de sua narrativa para falar sobre Gessi, a irmã dos guerrilheiros. Ela teria sido a última pessoa com quem Milton esteve antes de ir para Caparaó.

A mulher de olhos verdes que já havia sido *miss* também era bonita por dentro. Oferecia sempre uma palavra boa e, de quebra, era ótima quituteira, como a mãe. Também seguiu a sina da benzedeira. Infeliz no casamento, ela foi pai e mãe, criando sozinha dois filhos com a ajuda de uma máquina de costura. Para sustentar suas crias, trabalhava noite e dia ouvindo a agulha furar os tecidos para passar a linha nos vestidos que confeccionava. – Mano, pare com essas ideias de igualdade. A mãe já te disse: “tu vai ser esmagado como um verme”. Milton sempre contemporizava, e Gessi prosseguia: – Queria tanto que tu tiveses uma namorada, uma família. Se tivesses alguém, tu não botarias tudo para o brejo. O grande sempre pisa no pequeno, e contra a força não há resistência. (Arbex, 2015, p. 64)

A partir do excerto, noto que a narradora coloca em evidência uma saga que, ao representar a mãe e a irmã dos guerrilheiros, mostra também um perfil feminino que tem a sina de vivenciar um casamento infeliz e, posteriormente, lutar sozinha para o sustento dos filhos. Apesar de iniciar falando a respeito da beleza física de Gessi, o que segue em profundidade é a beleza “de dentro”. Assim, a força e o sofrimento caminham juntos, quase romantizados em uma

descrição que revela justamente o oposto dos adjetivos relacionados à fragilidade, historicamente atribuídos às mulheres.

No entanto, mesmo experienciando casamentos cujos desfechos eram dolorosos, os pensamentos tradicionais relativos à importância da constituição familiar ainda fazem parte do discurso das mulheres, conforme expôs Arbex no trecho apresentado anteriormente. Gessi, ao mencionar o pensamento da mãe, tenta convencer Milton a substituir a vida de militância pela busca por uma família. Isso pode se estabelecer justamente pelo senso de proteção dessas mulheres, acostumadas a lutar pelo provimento do básico para seus filhos.

Também importa, no fragmento em que a irmã tenta convencer Milton a mudar de ideia, o entendimento de Gessi a respeito das relações de dominação, quando enfatiza que a ordem natural é o grande se sobrepor ao pequeno, indicando as questões hierárquicas, com ênfase para a frase “contra a força não há resistência”, que basicamente resume os porquês de as lutas militantes no período de ditadura terem sido muitas vezes enfraquecidas pelo discurso político do militarismo e, posteriormente, apagadas.

Em *Cova 312*, há referência a uma noite em que, enquanto estava em meio às suas costuras, Gessi recebeu a visita do irmão, que lhe deu um abraço, sem contar para onde iria, mas entregou a ela um bilhete e uma foto pequena com informações que poderiam auxiliar caso precisasse manter algum contato. Gessi, na ocasião do recebimento, “apertou o papel contra o peito e pensou em dona Universina” (Arbex, 2015, p. 64). Essa referência ao pensamento da mãe demonstra quase uma solidariedade entre as mulheres da família que se compreendem mutuamente. Além disso, salienta novamente o sentimento materno, uma vez que a recordação imediata foi acerca da preocupação da mãe. Tempo depois, Gessi relatou nunca ter tido coragem de abrir o bilhete, lamentando por não ter sabido o que estava escrito.

Assim como a mãe de Milton, outras inúmeras mães sofreram as incertezas do período da ditadura. Arbex (2015, p. 75) descreve que, desde a prisão de Milton, dona Universina “reportava-se quase que diariamente aos militares do III Exército, na capital, em busca de informações do filho. Tinha ouvido falar que ele havia sido levado para uma cidadezinha do Brasil cujo nome não sabia pronunciar”. Além da violência física e psicológica sofrida pelo marido, a mãe, que representa tantas outras, acabou, ainda que indiretamente, sofrendo as violências da ditadura, por não ter acesso à mínima informação a respeito de um filho preso.

Outro momento da obra que representa essas relações entre mãe e filhos é o episódio em que a jornalista descreve um confronto, com possibilidade de morte, no qual um dos guerrilheiros, Nilo, pensou em sua mãe, Filomena: “naquele momento, se lembrou do rosto sofrido da mãe, uma professora primária que

viveu anos a fio num casamento sem amor” (Arbex, 2015, p. 148). Além de mais uma vez representar a ideia de casamentos infelizes aos quais as mulheres eram destinadas, a jornalista relata que a última vez que Nilo viu a mãe havia sido no Natal, em um simples momento de confraternização. “Sem recursos, não havia mesa farta, somente poucos docinhos feitos pela mãe para não deixar aquele 24 de dezembro de 1968 passar em branco. A lembrança de Dona Mena deu mais coragem ao rapaz” (Arbex, 2015, p. 148). Aqui, novamente, temos a demonstração das tradições que permeavam a vida das mulheres: mães amorosas com casamentos sofridos, fazendo tudo pensando em seus filhos.

A violência psicológica assolou inúmeras mulheres naquele período, muitas anônimas, que acabaram fazendo parte dos horrores da ditadura, mesmo sem envolvimento diretos. Arbex (2015) conta a história de Érica Meyer, que morava no Rio de Janeiro e recebeu em sua casa o sobrinho Marco Antônio, que estava sendo procurado pela força militar. A tia tinha 60 anos e foi capturada no lugar do sobrinho, presa por 35 dias acusada de ser cúmplice do militante, assim como foi considerada suspeita de espionagem. Arbex (2015, p. 131) conta que Érica não compreendia como os “representantes da ordem pudessem subverter os princípios básicos do direito individual para ameaçar pessoas, ainda mais alguém que não havia participado de nenhuma ação contra o governo”. A jornalista acrescenta que a mulher jamais superou a humilhação que sofreu no DOPS, “quando foi obrigada a ficar nua na presença de vários estranhos. Sentiu-se maculada. Tinha sido moralmente violada” (Arbex, 2015, p. 131).

Com esse relato, é possível observar a história de mais uma mulher que, embora não tenha escolhido combater diretamente as ideias ditatoriais, questionava a postura política da época, uma vez que percebia como inconcebível a ideia do governo produzir atos de humilhação e crueldade contra seres humanos. As injustiças daquele período também ganham espaço nesse trecho do livro, posto que se representa um aumento de acusações com relação a uma pessoa que tinha pouco ou quase nenhum envolvimento com as ações dos militantes. Embora não fique claro se Érica sofreu algum outro tipo de tortura física, é notável a violência psicológica sofrida pela senhora, em uma relação hierárquica de dominação que é simbólica, coercitiva e política ao mesmo tempo.

Quanto a Marco Antônio, posteriormente, foi capturado e sofreu várias formas de tortura por parte dos militares para que denunciasse os nomes dos demais militantes. “Em setembro de 1969, teve os braços e as pernas amarrados em uma barra de ferro por simples vingança” (Arbex, 2015, p. 131). Sua mãe também foi representada em *Cova 312*, quando a jornalista conta que, inconformada ao ver o estado físico do filho, Maria Luiza de Azevedo Meyer “procurou

a esposa do comandante que presidia o inquérito para pedir clemência”. A partir desse apelo e “penalizada diante da viúva que criou praticamente sozinha os dez filhos, a mulher do oficial tentou interceder junto ao marido, mas o efeito foi contrário. O estudante foi duramente perseguido” (Arbex, 2015, p. 131). Além da infeliz retaliação com o militante, percebo nesse fragmento a ideia de empatia entre as mulheres, quase como se as iguais pudessem compreender a dor da outra de uma forma mais sensibilizada. Novamente, mais uma mãe, com diversos filhos, clamando pela vida de um dos seus.

As mães, tias e irmãs preocupadas e com um passado sofrido foram, na maioria das vezes, ocultadas pela história e esquecidas do imaginário coletivo, contudo, tiveram um papel importante naquele período, justamente por manter o máximo de dignidade possível para suas famílias e, ainda que sem o combate direto, atuarem como bases de resistência contra os horrores da ditadura. Ana Maria Colling (2015, p. 380) afirma que, no Brasil, existem “inúmeros exemplos da coragem e determinação das mães na libertação de seus filhos e filhas prisioneiros. Na defesa da vida de sua prole, as mães tornaram-se militantes aguerridas que desconhecem limites”. A autora ainda ressalta que, por isso, elas eram inclusive temidas pelas forças repressivas.

Arbex (2015) corrobora essa ideia ao salientar que as mães dos presos políticos tiveram papel fundamental no impedimento do assassinato de muitos, pois tinham importante função de combater as torturas e as violações cometidas, buscando formas de sensibilizar as forças da ordem. “Embora não fizesse parte do movimento político contra o regime, se viu obrigada a lutar. Precisava resistir a seu modo”, cita Arbex (2015, p. 164) ao se referir a Ângela, uma figura importante na mobilização das famílias que tiveram pessoas desaparecidas.

Além das mães, também estão representadas na narrativa de Arbex aquelas mulheres que, inconformadas com a situação do país, atuavam nas missões contra o governo. Essas eram ainda mais odiadas por aqueles que detinham o poder. Colling (2015) evidencia que, para a ditadura militar brasileira, as mulheres militantes não eram somente opositoras ao regime, mas também figuras subversivas diante dos valores estabelecidos, já que não cabia à mulher o papel de pensar e participar da política. Sendo assim, a mulher que assumia uma militância política nos partidos de oposição à ditadura “cometia dois pecados aos olhos da repressão: de se insurgir contra a política golpista, fazendo-lhe oposição e de desconsiderar o lugar destinado à mulher, rompendo os padrões sociais estabelecidos para os dois sexos” (Colling, 2015, p. 378).

Algumas dessas figuras femininas que dispensavam a possibilidade de se calar para se incluírem no padrão foram representadas na obra de Arbex. A

autora relata, por exemplo, uma ação na qual os militantes, em uma forma de protesto, orquestraram um assalto a banco:

Testemunhas disseram que um integrante do assalto se destacou dos demais. As descrições feitas para a polícia eram sobre a única mulher do grupo. Segundo as vítimas do banco Mercantil, ela usava peruca loira, um vestido verde fino que se agitava ao ser tocado pelo vento, além de botas. Tratava-se da estudante Maria José Carvalho Nahas, da Escola de Medicina da UFMG. Apesar de ter cabelos pretos lisos e nunca ter usado disfarces nas ações, apenas uma discreta saia com estampa *pie'd de poule*, a guerrilheira aguçou o imaginário popular. Décadas mais tarde, Maria José ficou conhecida como a Loira da Metralhadora. (Arbex, 2015, pp. 144-145)

Os aspectos citados pela historiadora no sentido de fuga aos padrões ficam claros nesse fragmento, pois demonstra uma situação fora do que seria comum para uma mulher que, além de ser estudante de medicina, em uma época em que os estudos e as profissões de mais prestígio eram destinados aos homens, tornou-se militante, participando de um assalto a banco, em uma ação muito mais política do que com objetivo econômico.

Outra referência a Maria José, também conhecida como Zezé, é exposta no mesmo confronto em que Nilo se lembrava da mãe Filomena. Nesse trecho, é descrito que a militante, sob a mira dos policiais, recordava do poema “Morte do Leiteiro”, de Carlos Drummond de Andrade, que trata das desigualdades da sociedade brasileira. Arbex (2015, p. 149) descreve alguns versos da obra do poeta e analisa a situação: “recorria à poesia de Drummond para tentar manter a sanidade”. A jornalista se esforça para demonstrar que a sensibilidade, a partir da arte, fazia parte da vida dos guerrilheiros e guerrilheiras, indicando que, mesmo em um momento conflituoso, as referências literárias poderiam ser aliadas a um determinado nível de alívio. Isso também ocorre em outros momentos da obra, quando a narração enfatiza poesias, músicas e outras expressões que acompanhavam os e as militantes, e que eram muitas vezes fortemente reprimidas na ditadura, assim como os livros que os presos políticos escondiam para poderem ler e ter contato com expressões artísticas.

Apesar da poeticidade, as dores da ditadura chegavam para todos, e provavelmente de forma ainda mais humilhante para as mulheres. Maria Amélia de Almeida Teles (2014, p. 14) salienta que mulheres foram torturadas, assim como homens, mas eram alvo sistemático de violência sexual. “A prática de estupro e abortamentos forçados foi corriqueira, nas sessões de tortura, quando se tratou de repressão política violenta contra as militantes de esquerda”. A pesquisadora explica que tanto homens quanto mulheres eram

obrigados a se despir na frente de torturadores; caso não o fizessem, tinham suas roupas arrancadas e rasgadas. “Em muitos casos, foram colocados fios elétricos na vagina e no ânus. Houve mulheres estupradas. Outras sofreram abortamento forçado devido a chutes na barriga . . .”

Para além das agressões físicas, havia a humilhação feminina por simples questões de gênero. Conforme explica a historiadora Colling (2015, p. 380), “os militares ao tratarem a mulher política, de imediato, tentam a sua desqualificação como sujeito autônomo. Sua caracterização dá-se como apêndice dos homens, incapaz de decisão política”, e acrescenta que, “para a repressão, a mulher não tem capacidade de decidir pela sua entrada no mundo político; quando ela ali aparece é porque foi colocada por um homem” e, por isso, sua filiação a partidos de esquerda não teria importância política, já que era necessário identificar a figura de um marido ou pai, por exemplo. Essas questões mostram que, além de sofrerem ações de crueldade por militarem contra um regime do qual discordavam, as figuras femininas também precisavam lidar com o rebaixamento devido ao seu gênero.

As torturas cometidas contra as mulheres estão representadas no livro-reportagem. Maria José foi vítima de uma delas, e sua amiga e companheira de luta, Carmela, explanou o que viu. Daniela Arbex descreveu o relato:

Se passaram vários dias sem que um sinal mais preciso pudesse me orientar. Quem lá estaria? Soube depois pela carcereira que a companheira Maria José Nahas tinha sido empurrada para aquele inferno. Surda era chamado aquele cubículo onde os ruídos eram apenas de ratos e baratas, envolvido por teias e aranha que levemente teciam suas vidas. O espaço da surda era de um metro a 1,80m, onde a prisioneira para sobreviver, teria que estar sempre em posição horizontal, numa cama de cimento tendo no fundo uma fossa. (Arbex, 2015, p. 186)

Ao perceber a aparente fragilidade de Zezé, um guarda novo de Linhares comentou com um veterano: “– Tenho uma pena dessas meninas presas aqui. Elas devem estar assustadas. – Assustadas? Essas mulheres têm mais coragem que os homens – respondeu Veiga . . .” (Arbex, 2015, p. 192). Ao fazer uma relação entre o percurso percorrido por Maria José, até então participando de ações contra o governo, fuga e a situação na chamada “surda”, e o comentário feito pelo guarda, é notável a busca por manter o estereótipo da mulher frágil, assustada e fraca, argumento rebatido pelo outro guarda, porém não sem deixar de compará-las aos homens, evidenciando como algo que seria fora do comum. Esse estereótipo fica claro também em outro momento da narrativa, quando Zezé se encontra com um preso comum que era conhecido de sua família:

Já falei com esse pessoal aqui que você é de uma família distinta e não está envolvida nessa bagunça política. Apenas foi usada por esses baderneiros, já que meninas como você não se metem nessas coisas. A jovem sorriu pensando em quanto aquele homem estava enganado sobre ela. De nada adiantaria contra-argumentar. (Arbex, 2015, p. 192)

Ele era um matador de aluguel e, quando foi solto, visitou a mãe de Zezé, orgulhando-se de ter dado bons conselhos à “menina”. Apesar das impressões a respeito da fragilidade ou até mesmo da incapacidade feminina diante de questões políticas e sociais, Carmela e Maria José chegaram a ser conhecidas como duas das guerrilheiras mais perigosas do período. Arbex (2015, p. 190) também retrata momentos da trajetória particular de Maria José que, “avessa a convenções, a noiva de vinte e três anos se casou de vestido de *laise* na cor lilás”, quebrando, mais uma vez, os padrões esperados.

Há, no livro de Arbex, um subcapítulo intitulado “A mulher que enfrentou o regime”, que trata da história de Ângela Pezzuti, que teve dois sobrinhos e a irmã presos pelo regime militar.

Quarta-feira, 6 horas da manhã, centro de Belo Horizonte. O despertador tocou naquele 19 de novembro de 1969, acordando Ângela Pezzuti, trinta e seis anos, para mais um dia de via-crúcis: visitar, a quase 300 quilômetros dali, os filhos que não gestou. Mesmo sem carregá-los no ventre, sentia-se mãe de Ângelo e Murilo. Ângela dedicou parte de sua vida aos cuidados com os filhos de Carmela, sua irmã, que também havia aderido à resistência contra a ditadura. Desde que os rapazes foram presos pela primeira vez, em janeiro daquele ano, ela passou a zelar incansavelmente pela sobrevivência dos sobrinhos e da própria irmã nas diversas vezes em que ela esteve presa. Não fosse sua luta na localização e na vigilância dos parentes no cárcere, eles certamente teriam sucumbido a toda a violência a que foram expostos. (Arbex, 2015, p. 163)

Com esse excerto, fica claro o protagonismo inerente a cada uma das mulheres, uma que atuou na luta contra o regime e aquela que também aderiu à luta fazendo o papel de resguardar a família e manter as bases necessárias para a sobrevivência de todos. Esse aspecto fica ainda mais sobressaliente quando a jornalista relata que Ângela e Carmela se encontraram em uma visita aos presos políticos em Linhares, e a irmã contou que fugiria do país para evitar a sua quarta prisão: “– Mas Carmela, você vai deixar seus filhos presos em Linhares? – Ângela, cada um tem uma missão na vida. Sou uma revolucionária. Deixo meus filhos com você. A sua missão é com os meus

filhos” (Arbex, 2015, p. 165). Nesse diálogo, o qual também evidenciou que se trataria da última vez que Carmela iria ver os filhos, é notável a ideia de missão de cada uma das mulheres, que igualmente contribuíram para as lutas da época. Ainda sobre Carmela, Arbex (2015) retoma brevemente um acontecimento em que ela teria participado de uma reunião com a então militante Dilma Rousseff, que mais tarde foi eleita como a primeira, e, até então única, presidenta, mulher, do Brasil.

Ângela, por mais de uma vez, ficou sem saber sobre o paradeiro de sua irmã e de seus sobrinhos, Ângelo e Murilo. Nessas ocasiões, ela foi protagonista em buscar as autoridades e tentar localizar sua família, mobilizando outras pessoas a fazerem o mesmo. A autora relata que, em dada ocasião que todos sumiram de novo, Ângela partia todas as sextas de Belo Horizonte ao Rio de Janeiro em busca de notícias. Ela chegou a ir pessoalmente à casa do coronel Ari Pereira de Carvalho, que havia lhe dado autorização para visitar os sobrinhos na Vila Militar, onde haviam afirmado que eles estavam reclusos: “– O que você está fazendo aqui? – perguntou, constrangido pelo fato de estar sem camisa e sem o uniforme que o tornava mais poderoso que os outros mortais” (Arbex, 2015, p. 176). Essa passagem denota fortemente a necessidade das autoridades da época em manter a sua posição de poder.

Ao retornar para a história de Carmela, Daniela Arbex expõe que, um mês após sua fuga, a militante foi capturada no Rio de Janeiro e, com isso, submetida a inúmeras sessões de espancamento na unidade policial do Exército. Chegando em Linhares, “a exuberância de sua personalidade e o permanente brilho nos olhos haviam desaparecido. Era uma morta-viva. Estava suja, alquebrada, aparentando bem mais do que os seus quarenta e quatro anos” (Arbex, 2015, p. 13). A jornalista conta que, para homenagear Carmela, os presos políticos começaram a cantar e a galeria feminina respondeu, se unindo à canção, que era justamente a forma de comunicação entre homens e mulheres no presídio. Ao analisar esse episódio exposto pela autora, torna-se importante inferir que a diferenciação de gênero, no sentido de rebaixar as mulheres como se estivessem em condições inferiores, era muito menor entre os militantes, homens e mulheres, que possuíam ideais semelhantes.

Em um dos momentos do livro-reportagem, Arbex (2015) conta que as prisioneiras mulheres foram transferidas da “Galeria das meninas”, em Linhares, sem nenhum aviso aos que ficaram, e muitos dos presos permaneceram por um longo tempo sem saber onde estavam as pessoas que eram suas companheiras de luta, esposas, noivas e amigas, causando também a separação do grupo. A jornalista narra que havia um jardim muito cuidado pelas mulheres, elas presenteavam os presos com flores em algumas visitas, e então os presidiários

tentaram conservá-lo com muito cuidado para preservar a ideia de manter as mulheres por perto de alguma maneira. Os soldados, no entanto, destruíram diversas vezes o jardim, e os presos sempre plantavam novamente até que, por fim, o exército resolveu colocar cimento no pátio, terminando de vez com o jardim. Apesar disso, as plantas resistiam e brotavam em espaços improváveis, no entremeio do concreto danificado, por exemplo. Dali surgiu uma touceira de sempre-vivas que, mais tarde, também foi arrancada e jogada ao solo para que os presidiários pudessem testemunhar sua morte.

Ninguém desistiu de replantar as sementes. Para cada touceira derrubada, surgia outra no presídio político. O renascer das sempre-vivas alimentava a esperança em um período de desertificação humana. Em nenhum outro momento, o país conheceu tanta dor. (Arbex, 2015, p. 237)

Essa dor é representada de maneira bastante enfática em *Cova 312*, que parece conseguir captar o sofrimento dos envolvidos até onde o entendimento de alguém que não vivenciou situações semelhantes pode alcançar. Assim, nessa obra, Daniela Arbex transforma o que era número em histórias particulares, reais, de pessoas que tinham suas vidas e, em muitos casos, as deixaram de lado por um ideal maior, já que, naquele contexto, “a perda da própria liberdade era o preço a pagar por manter livres as ideias” (Arbex, 2015, p. 111).

Desse modo, ao representar essas identidades e trazer à tona as histórias das mulheres que vivenciaram o período da ditadura brasileira, o livro-reportagem atribui voz às figuras femininas, que muitas vezes são ocultadas de diferentes narrativas, incluindo a histórica, reforçando, com isso, a possibilidade de humanização por meio das obras caracterizadas pelo jornalismo literário. ■

## REFERÊNCIAS

- Arbex, D. (2015). *Cova 312*. Geração Editorial.
- Arendt, H. (1985). *Da violência* (M. Drummond Trindade, Trad.). Editora Universidade de Brasília. (Publicado originalmente em 1970)
- Calegari, L. C. (2013). O cânone literário e as expressões de minorias: implicações e significações históricas. In D. W. Foster, L. C. Calegari & R. A. F. Martins (Orgs.), *Excluídos e marginalizados na literatura: Uma estética dos oprimidos* (pp. 11-36). Editora UFSM.
- Carvalho, T. F. (2003). *O próprio e o alheio: Ensaios de literatura comparada*. Editora Unisinos.

- Colling, A. M. (2015). 50 anos da ditadura no Brasil: Questões feministas e de gênero. *OP SIS*, 15(2), 370-383. <https://doi.org/10.5216/o.v15i2.33836>
- Dalcastagnè, R. (2011). A personagem do romance brasileiro contemporâneo: 1990-2004. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, (26), 13-71. Recuperado de <https://periodicos.unb.br/index.php/estudos/article/view/9077>
- Mateus, S. (2022). Mediatização da Memória. *MATRIZes*, 16(2), 137-149. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v16i2p137-149>
- Sodré, M. (1992). *O social irradiado: Violência urbana, neogrotesco e mídia*. Cortez.
- Teles, M. A. A. (2014) O protagonismo de mulheres na luta contra a ditadura militar. *RIDH*, 2(2), 9-18. <https://www3.faac.unesp.br/ridh/index.php/ridh/article/viewFile/173/97>

---

Artigo recebido em 23 de março de 2023 e aprovado em 27 de maio de 2024.